DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17100 - FES; Unidade Gestora: 17110 - PSC - Zona Sul; Programa de Trabalho: 10 122 3068 2164 0001; Elemento de Despesa: 33903950; Fonte: 230; NE nº 00327 de 19/08/04, no Valor de R\$ 25.203,77 (vinte e cinco mil duzentos e três reais e setenta e sete centavos); FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº 14111/2005/SUSAM.

Manaus, 31 de agosto de 2005.

ANA LUIZA PEREIRA DA SILVA GUERRA,
Secretária Executiva.

7879

Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2005-SDS

O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO a competência outorgada a SDS para coordenar, normatizar, monitorar e apoiar a execução de atividades relativas ao manejo sustentável, utilização e consumo de produtos e subprodutos florestais, conforme art. 1.º, XI da Lei Delegada n.º 52, de 29 de julho de 2005;

CONSIDERANDO a competência outorgada a SDS para estabelecer critérios de uso sustentável dos recursos naturais, instruindo as ações que visam eliminar ou mitigar os impactos negativos e a maximizar os impactos ambientais positivos de modo a conciliar o imperativo atendimento das necessidades básicas dos seres humanos com a proteção da biodiversidade;

CONSIDERANDO, a necessidade de disciplinar o aproveitamento econômico de material lenhoso decorrente da queda natural de árvores pelo desbarrancamento das margens dos rios ou de outros fenômenos naturais;

CONSIDERANDO os riscos que este material lenhoso oferece à segurança da navegação fluvial, periculando a vida da população dos passageiros e tripulantes das embarcações que trafegam na hidrovia;

CONSIDERANDO ainda, o Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o Estado do Amazonas e o IBAMA, em 06 de outubro de 2003;

CONSIDERANDO, finalmente, o que consta do Processo n.º /2005 - SDS;

RESOLVE:

Art. 1.º - O aproveitamento e a comercialização de árvores mortas ou caídas dependem de autorização específica emitida pelo IPAAM, mediante procedimentos estabelecidos por esta Instrução Normativa.

Art. 2.º - Para efeito desta Instrução Normativa, são consideradas árvores mortas ou caídas aquelas que se encontram em uma das seguintes situações:

I - Árvores caídas à deriva em rios e lagos;
II - Árvores mortas ou caídas formando maciços em decorrência de fenômenos naturais;

Parágrafo Único - Não se enquadram nos Incisos I e II deste artigo toras ou troncos (fustes) inteiros de árvores com as extremidades aparadas (sem raízes) que se encontram à deriva em lagos ou ao longo dos rios, bem como árvores isoladas desvitalizadas, caídas ou não, no interior da floresta;

Art. 3.º - O interessado no aproveitamento de árvores mortas ou caídas enquadradas nas descrições do Inciso, do artigo 2.º, deverá cumprir as seguintes exigências:

- Liberar do tronco ou fuste a copa da árvore;
- Podar parcialmente as raízes, mantendo entretanto suas partes iniciais presas ao tronco, permitindo constatar tratar-se efetivamente de árvores caídas naturalmente;
- Reunir em local determinado as árvores coletadas, para verificação e conferência;
- Realizar levantamento através da medição do diâmetro ou circunferência e comprimento do tronco de cada árvore, identificando-a pelo nome comum;
- Requerer ao IPAAM informando o local em que as árvores coletadas encontram-se reunidas, anexando o levantamento efetuado.

Parágrafo Único - Quando o material lenhoso destinar-se ao aproveitamento como fonte de energia (lenha ou carvão), o interessado deverá requerer ao IPAAM, informando o local em que este será reunido, condicionando-se sua liberação a realização de vistoria que avaliará o volume recolhido.

Art. 4.º - O interessado no aproveitamento de árvores mortas ou caídas descritas no Inciso II, do artigo 2.º, deverá cumprir as seguintes exigências a serem apresentadas ao IPAAM:

- Levantamento através da medição do diâmetro ou circunferência e comprimento do tronco de cada árvore, identificando-a com a fixação de plaqueta numerada e pelo respectivo nome comum;
- Documento do imóvel, quando a área objeto da

solicitação for propriedade particular ou ocupada por posseiro, acompanhada da devida permissão do proprietário/posseiro, quando a solicitação for efetuada por terceiros;

c) Requerimento informando o local de ocorrência das árvores mortas ou caídas.

Art. 5.º - É obrigatória a realização de vistoria prévia pelo IPAAM para a liberação da autorização de aproveitamento do material lenhoso.

Art. 6.º - Emitida a autorização de aproveitamento do material lenhoso, as partes das raízes remanescentes poderão ser cortadas dos troncos das árvores.

Art. 7.º - O deslocamento do material lenhoso, após emitida a autorização de aproveitamento pelo IPAAM, deverá, obrigatoriamente, estar acompanhado da respectiva Autorização para transporte de Produto Florestal a ser fornecido pelo IPAAM.

Art. 8.º - Esta Instrução Normativa entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, em Manaus, 9 de agosto de 2005.

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

7891

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2005-SDS

O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO a competência outorgada a SDS para formular, coordenar, e implementar a política estadual de meio ambiente, nos moldes da Lei Delegada n.º 52, de 29 de julho de 2005;

CONSIDERANDO a competência outorgada a SDS para estabelecer critérios de uso sustentável dos recursos naturais, instruindo as ações que visam eliminar ou mitigar os impactos negativos e a maximizar os impactos ambientais positivos de modo a conciliar o imperativo atendimento das necessidades básicas dos seres humanos com a proteção da biodiversidade;

CONSIDERANDO, a necessidade de implementar o procedimento de licenciamento ambiental de atividades que possam causar impacto ao meio ambiente;

CONSIDERANDO, que os veículos concebidos para aplicações agrícolas, tratores, máquinas de terraplenagem e pavimentação, são equipamentos de ação impactantes ao ambiente;

CONSIDERANDO ainda, o disposto no Inciso XVI, do Decreto Estadual n.º 10.028, de 04 de fevereiro de 1987;

CONSIDERANDO, finalmente, o que consta do Processo n.º /2005 - SDS;

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam obrigados ao cadastramento os veículos concebidos para aplicações agrícolas, tratores, máquinas de terraplenagem e pavimentação.

Art. 2.º - O cadastramento a que se refere o artigo anterior desta Lei, constituído de um conjunto de informações, tem por objetivo além de formar um banco de dados, possibilitando o conhecimento dos riscos decorrentes dessa atividade sobre o meio ambiente de modo a facilitar a adoção de medidas de prevenção e controle.

§ 1.º - O cadastro deve ser efetuado junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, mediante requerimento do proprietário direto do bem e deve conter as seguintes informações:

- prova de posse e domínio do bem;
- ramo de atividade;
- informações técnicas sobre o veículo;
- prova de adequação do veículo fornecido pelo órgão competente.

§ 2.º - É obrigatória a atualização do cadastro quando ocorrerem alterações nas informações referidas no parágrafo primeiro.

Art. 3.º - Fica instituído o Certificado de Registro de Veículos Automotores com potencial de impacto ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O certificado de Registro de que trata o caput deste artigo, será obrigatório, tendo validade exclusiva para cada veículo a ser utilizado.

Art. 4.º - O órgão ambiental de que trata o § 1.º do art. 2.º desta Instrução Normativa, poderá exigir medidas especiais de proteção ambiental de acordo com a avaliação do impacto ambiental.

Art. 5.º - Esta Instrução Normativa entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, em Manaus, 11 de agosto de 2005.

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

7891

Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas

EXTRATO N.º 0012/2005 - AFLORAM

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO: O Diretor Presidente da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o resultado do PREGÃO n.º 066/2005 - CGL, processado e julgado pela Comissão Geral de Licitação, **CONSIDERANDO** o teor da Ata, Planilha de Lances e Despacho de Adjudicação, apresentado pela CGL, constante do Processo n.º 0346/2005 - AGÊNCIA DE FLORESTAS, referente à aquisição, pelo menor preço, de motores de popa, partida manual de 40HP, 02 cilindros, para a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas, nos termos do Edital.

RESOLVE: I - **HOMOLOGAR**, conforme Despacho de Adjudicação da Comissão Geral de Licitação, o PREGÃO n.º 066/2005 - CGL, referente ao Processo n.º 0346/2005 - AGÊNCIA DE FLORESTAS; II - **ADJUDICAR** a empresa IMPLÉMAQ (HILGERT & CIA LTDA), CNPJ: 22.881.858/0001-45, para aquisição de motores de popa, partida manual, 40HP, 02 cilindros, pelo menor preço, do item 01 do Edital, conforme planilha de lance, com valor global de R\$ 49.200,00 (Quarenta e Nove Mil e Duzentos Reais); com valor estimado pelo Estado: NAD n.º 035/2005, de R\$ 50.533,33 (Cinquenta Mil, Quinhentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), à conta do Programa 18.541.3054.2151.0001 - Fonte 04800069 - Natureza da Despesa 4490.52; III - **ENCAMINHAR** a Diretoria Administrativo-Financeira para a emissão de Nota de Empenho no valor acima referido.

Gabinete da Presidência da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas - AFLORAM, em Manaus, 01 de setembro de 2005.

MALVINO SALVADOR

Diretor Presidente

7881

Procuradoria Geral do Estado

EXTRATO

ESPÉCIE: TERMO DE CONTRATO N.º 002/2005-PGE.

DATA DA ASSINATURA: 15/8/2005.

PARTES CONTRATANTES: ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, e o BANCO DO BRASIL S/A.

OBJETO: Prestação de serviços de cobrança, via boleto bancário, dos débitos inscritos em Dívida Ativa e não liquidados.

PRAZO: O prazo do presente contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua publicação.

VALOR ESTIMADO: O valor estimado dos serviços é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária n.º 14101, Programa de Trabalho n.º 04122000120010001, Fonte de Recurso 01000000, Natureza da Despesa n.º 33903981, conforme a Nota de Empenho n.º 211, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), emitida no dia 15/7/2005. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta da dotação que foi consignada nos orçamentos vindouros.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, Manaus, 15 de agosto de 2005.

MARCIA SENA CASTRO

Coordenadora Administrativa e Financeira - PGE

VISTO:

PAULO JOSÉ GOMES DE CARVALHO

Subprocurador-Geral do Estado

7899

Comissão Geral de Licitação

Resenha: 159/05 - CGL DATA: 02/09/2005

ASSUNTO: AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO

1) PREGÃO n.º 628/05-CGL: Aquisição e Instalação de Equipamentos para Implantação do Sistema Emergencial de Rádio-Táxi, Interligando Centrais de Rádio-Táxi com o Centro Integrado de Operações de Segurança / CIOPS - Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP.

Data da Realização: 19/09/2005 às 08:30 horas

Valor do Edital: R\$ 10,00

2) Tomada de Preços n.º 061/05-CGL: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Serviços de